

## ANEXO I

# ESTRUTURA REGIMENTAL DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

## CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º A Controladoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e integrante da estrutura da Presidência da República, dirigida pelo Ministro de Estado do Controle e da Transparência, tem como competência assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal.

Parágrafo único. Compete ainda à Controladoria-Geral da União exercer a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando, como órgão central, a orientação normativa que julgar necessária.

Art. 2º A Controladoria-Geral da União encaminhará à Advocacia-Geral da União e ao Ministério Público os casos que configurem improbidade administrativa e todos quantos recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daqueles órgãos, bem assim provocará, sempre que necessária, a atuação do Tribunal de Contas da União, da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, quando houver indícios de responsabilidade penal, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e do Ministério Público, inclusive quanto a representações ou denúncias que se afigurarem manifestamente caluniosas.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Controladoria-Geral da União tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- a) Gabinete;
- b) Assessoria Jurídica; e

c) Secretaria-Executiva:

- 1. Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
- 2. Diretoria de Gestão Interna; e
- 3. Diretoria de Sistemas e Informação;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria Federal de Controle Interno:

- 1. Diretoria de Auditoria da Área Econômica;
- 2. Diretoria de Auditoria da Área Social;
- 3. Diretoria de Auditoria da Área de Infra-Estrutura;
- 4. Diretoria de Auditoria da Área de Produção e Emprego;
- 5. Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de

Controle; e

6. Diretoria de Auditoria de Pessoal e de Tomada de Contas Especial;

b) Ouvidoria-Geral da União;

c) Corregedoria-Geral da União:

- 1. Corregedoria-Geral Adjunta da Área Econômica;
- 2. Corregedoria-Geral Adjunta da Área de Infra-Estrutura; e
- 3. Corregedoria-Geral Adjunta da Área Social;

d) Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas:

- 1. Diretoria de Informações Estratégicas; e
- 2. Diretoria de Prevenção da Corrupção;

III - unidades descentralizadas: Controladorias Regionais da União nos Estados;

IV - órgãos colegiados:

- a) Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
- b) Comissão de Coordenação de Controle Interno; e
- c) Comissão de Coordenação de Correição.

| CAPÍTULO III<br>DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS  |  |
|--|--|
| Seção I<br>Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata<br>ao Ministro de Estado  |  |
| Art. 4ª Ao Gabinete do Ministro de Estado compete:   |  |
| I - assistir ao Ministro de Estado no âmbito de sua atuação, inclusive em sua representação funcional, política e social;  |  |
| II - incumbir-se do preparo e despacho do expediente do Ministro de Estado e de sua pauta de audiências;   |  |
| III - ocupar-se das relações públicas e apoiar a realização de eventos de que participe o Ministro de Estado com representações e autoridades nacionais e estrangeiras;  |  |
| IV - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social da Controladoria-Geral da União;   |  |
| V - acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Controladoria-Geral da União, em tramitação no Congresso Nacional;   |  |
| VI - coordenar, orientar e acompanhar os temas relacionados à área internacional de interesse da Controladoria-Geral da União; e   |  |
| VII - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.   |  |
| Art. 5ª À Assessoria Jurídica compete:   |  |
| I - prestar assessoria e consultoria ao Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica;   |  |
| II - assistir ao Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados;  |  |
| III - elaborar estudos sobre temas jurídicos, quando solicitada, e examinar, prévia e conclusivamente, anteprojetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos de interesse da Controladoria-Geral da União; |  |
| IV - emitir parecer nas representações e denúncias que lhe forem encaminhadas, por determinação do Ministro de Estado, sugerindo as providências cabíveis;   |  |
| V - preparar informações para instrução de processos judiciais de interesse da Controladoria-Geral da União;   |  |

|  |  |
|--|--|
| VI - propor a declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito da Controladoria-Geral da União;  |  |
| VII - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito da Controladoria-Geral da União, os textos de editais de licitação e de contratos, convênios, acordos ou atos congêneres, a serem celebrados e publicados, bem como os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir pela dispensa de licitação; e                                       |  |
| VIII - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.  |  |
| Art. 6ª À Secretaria-Executiva compete:  |  |
| I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das unidades integrantes da Controladoria-Geral da União;  |  |
| II - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações das áreas de competência das unidades da Controladoria-Geral da União;  |  |
| III - assistir ao Ministro de Estado na coordenação dos processos de planejamento estratégico, organização e avaliação institucional;  |  |
| IV - supervisionar e coordenar, no âmbito da Controladoria-Geral da União, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais; |  |
| V - acompanhar e controlar o atendimento de diligências requeridas, fiscalizando o cumprimento dos respectivos prazos;   |  |
| VI - analisar as denúncias e representações recebidas, encaminhando-as, conforme a matéria, às unidades competentes para a adoção das medidas cabíveis;  |  |
| VII - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público;   |  |
| VIII - supervisionar e coordenar os estudos atinentes à elaboração de atos normativos relacionados com as funções da Controladoria-Geral da União; e   |  |
| IX - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.  |  |
| Art. 7ª À Diretoria de Desenvolvimento Institucional compete:  |  |
| I - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais da Controladoria-Geral da União, bem como acompanhar sua execução;   |  |
| II - coordenar, em articulação com a Diretoria de Gestão Interna, a elaboração de relatórios de atividades, inclusive o relatório anual de gestão;   |  |
| III - coordenar e acompanhar a elaboração e execução de projetos e ações realizados mediante convênios e acordos celebrados pela Controladoria-Geral da União;   |  |
| IV - formular e implementar estratégias e mecanismos de integração, desenvolvimento e fortalecimento institucional;  |  |
| V - planejar, coordenar e supervisionar a sistematização, padronização e implantação de técnicas e instrumentos de gestão e melhoria de processos; e   |  |
| VI - coordenar, com os demais órgãos da Controladoria-Geral da União, a elaboração e implementação de programas e projetos de capacitação e de mobilização social na área de controle e combate à corrupção.   |  |
| Art. 8ª À Diretoria de Gestão Interna compete:   |  |
| I - planejar e coordenar a execução das atividades de gestão dos recursos humanos e materiais, de logística, e de orçamento e finanças da Controladoria-Geral da União;  |  |
| II - promover a elaboração, consolidação e acompanhamento da execução dos planos e programas da Controladoria-Geral da União, em articulação com a Diretoria de Desenvolvimento Institucional;   |  |
| III - coordenar as atividades de protocolo e aquelas relacionadas aos acervos documental e bibliográfico da Controladoria-Geral da União;  |  |
| IV - realizar estudos e propor medidas relacionadas às necessidades de adequação e expansão do quadro funcional e da infraestrutura física da Controladoria-Geral da União; e  |  |
| V - supervisionar, coordenar, controlar e acompanhar as atividades administrativas das unidades descentralizadas da Controladoria-Geral da União.  |  |
| Art. 9ª À Diretoria de Sistemas e Informação compete:  |  |
| I - propor as diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a utilização dos recursos relacionados à tecnologia da informação na Controladoria-Geral da União, bem como verificar seu cumprimento;   |  |

| II - promover, em consonância com as diretrizes aprovadas pela Controladoria-Geral da União, estudo prévio de viabilidade e de exequibilidade de desenvolvimento, contratação e manutenção das soluções de tecnologia e sistemas de informação;                      |  |
|--|--|
| III - disponibilizar soluções de tecnologia e sistemas de informação de que a Controladoria-Geral da União necessite;  |  |
| IV - manter o controle patrimonial do parque de informática da Controladoria-Geral da União, em articulação com a Diretoria de Gestão Interna;   |  |
| V - propor políticas de segurança da informação, bem como verificar a eficiência das ações implementadas no âmbito da Controladoria-Geral da União;  |  |
| VI - promover a atividade de prospecção de novas tecnologias voltadas para a área de tecnologia da informação;   |  |
| VII - disseminar e incentivar o uso de soluções de tecnologia da informação no âmbito da Controladoria-Geral da União; e   |  |
| VIII - promover a articulação com outros órgãos do Poder Executivo Federal e dos demais Poderes nos temas relacionados à tecnologia da informação.   |  |
| Seção II<br>Dos Órgãos Específicos Singulares  |  |
| Art. 10. À Secretaria Federal de Controle Interno compete:   |  |
| I - exercer as atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;  |  |
| II - propor ao Ministro de Estado a normatização, a sistematização e a padronização dos procedimentos operacionais dos órgãos e das unidades integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;  |  |
| III - coordenar as atividades que exijam ações integradas dos órgãos e das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;   |  |
| IV - auxiliar o Ministro de Estado na supervisão técnica das atividades desempenhadas pelos órgãos e pelas unidades integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;   |  |
| V - subsidiar o Ministro de Estado na verificação da consistência dos dados contidos no relatório de gestão fiscal, conforme disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;   |  |
| VI - auxiliar o Ministro de Estado na elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 84, inciso XXIV, da Constituição;  |  |
| VII - exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União;  |  |
| VIII - avaliar o desempenho e supervisionar a consolidação dos planos de trabalho das unidades de auditoria interna das entidades da administração pública federal indireta;   |  |
| IX - verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;  |  |
| X - verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 101, de 2000;  |  |
| XI - verificar a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata o art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 2000;   |  |
| XII - verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101, de 2000;   |  |
| XIII - avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias;   |  |
| XIV - avaliar a execução dos orçamentos da União;  |  |
| XV - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento; |  |
| XVI - fornecer informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União;  |  |
| XVII - realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados, bem como sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas;  |  |
| XVIII - realizar atividades de auditoria e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, de recursos externos e demais sistemas administrativos e operacionais;  |  |
| XIX - manter atualizado o cadastro de gestores públicos federais, para fins de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União;   |  |

XX - apurar, em articulação com a Corregedoria-Geral da União e com a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, os atos ou fatos inquinados de ilegalidade ou irregularidade, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais;

XXI - determinar a instauração de tomadas de contas especiais e promover o seu registro para fins de acompanhamento;

XXII - zelar pela observância ao disposto no art. 29 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, supervisionando e coordenando a atualização e manutenção dos dados e dos registros pertinentes;

XXIII - promover capacitação e treinamento nas áreas de controle, auditoria e fiscalização, sob a orientação da Secretaria-Executiva; e

XXIV - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.

Art. 11. Às Diretorias de Auditoria das Áreas Econômica, Social, de Infra-Estrutura, e de Produção e Emprego compete realizar as atividades de auditoria e fiscalização da execução dos programas e ações governamentais dos órgãos e entidades da administração pública federal, nas suas respectivas áreas, à exceção dos órgãos e unidades da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa.

Art. 12. À Diretoria de Planejamento e Coordenação das Ações de Controle compete:

I - coordenar as ações relacionadas com o planejamento estratégico e operacional e a estatística das atividades da Secretaria Federal de Controle Interno;

II - realizar a aferição da qualidade e dos procedimentos de auditoria, fiscalização e outras ações de controle interno;

III - apoiar o Secretário Federal de Controle Interno na coordenação das ações de controle que envolvam mais de uma diretoria; e

IV - apoiar o Secretário Federal de Controle Interno na coordenação das ações de controle que exijam articulação centralizada com unidades regionais ou órgãos externos.

Art. 13. À Diretoria de Auditoria de Pessoal e de Tomada de Contas Especial compete:

I - realizar auditorias e fiscalizações nos processos e sistemas de administração e pagamento de pessoal;

II - orientar e acompanhar as atividades de verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos à admissão e desligamento de pessoal e à concessão de aposentadorias e pensões na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como às admissões e desligamentos nas empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - verificar, certificar e controlar as tomadas de contas especiais.

Art. 14. À Ouvidoria-Geral da União compete:

I - orientar a atuação das demais unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

II - examinar manifestações referentes à prestação de serviços públicos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

III - propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;

IV - produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal;

V - contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos;

VI - identificar e sugerir padrões de excelência das atividades de ouvidoria do Poder Executivo Federal;

VII - sugerir a expedição de atos normativos e de orientações, visando corrigir situações de inadequada prestação de serviços públicos; e

VIII - promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de ouvidoria.

Art. 15. À Corregedoria-Geral da União compete:

I - exercer as atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

II - analisar, em articulação com a Secretaria Federal de Controle Interno e com a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, as representações e as denúncias que forem encaminhadas à Controladoria-Geral da União;

III - conduzir investigações preliminares, inspeções, sindicâncias, inclusive as patrimoniais, e processos administrativos disciplinares;

IV - instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo Federal;

V - propor ao Ministro de Estado a advocação de sindicâncias, procedimentos e outros processos administrativos em curso em órgãos ou entidades da administração pública federal;

VI - instaurar sindicância ou processo administrativo ou, conforme o caso, propor ao Ministro de Estado representar ao Presidente da República para apurar eventual omissão das autoridades responsáveis pelos procedimentos a que se referem os incisos anteriores;

VII - apurar a responsabilidade de agentes públicos pelo descumprimento injustificado de recomendações do controle interno e das decisões do controle externo;

VIII - realizar inspeções nas unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

IX - verificar a regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos instaurados no âmbito do Poder Executivo Federal;

X - propor a advocação e a declaração de nulidade de sindicâncias e dos procedimentos e processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do Poder Executivo Federal;

XI - propor a requisição de empregados e servidores públicos federais necessários à constituição de comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

XII - solicitar a órgãos e entidades públicas e pessoas físicas e jurídicas de direito privado documentos e informações necessários à instrução de procedimentos em curso na Controladoria-Geral da União;

XIII - requerer a órgãos e entidades da administração pública federal a realização de perícias; e

XIV - promover capacitação e treinamento em processo administrativo disciplinar e em outras atividades de correição, sob a orientação da Secretaria-Executiva.

Art. 16. Às Corregedorias-Gerais Adjuntas da Área Econômica, de Infra-Estrutura e Social compete apurar irregularidades ocorridas em órgãos e entidades que se situam em suas esferas de competência, acompanhar e conduzir procedimentos correccionais, bem como coordenar as atividades das Corregedorias Setoriais que atuam junto aos Ministérios.

Art. 17. À Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas compete:

I - promover o incremento da transparência pública;

II - coletar e dar tratamento às informações estratégicas necessárias aos desenvolvimentos das atividades da Controladoria-Geral da União;

III - promover intercâmbio contínuo, com outros órgãos, de informações estratégicas para a prevenção e o combate à corrupção;

IV - encaminhar à Secretaria Federal de Controle Interno e à Corregedoria-Geral da União informações recebidas de órgãos de investigação e inteligência;

V - acompanhar a evolução patrimonial dos agentes públicos do Poder Executivo Federal e observar a existência de sinais exteriores de riqueza, identificando eventuais incompatibilidades com a sua renda declarada;

VI - fomentar a participação da sociedade civil na prevenção da corrupção;

VII - atuar para prevenir situações de conflito de interesses no desempenho de funções públicas;

VIII - contribuir para a promoção da ética e o fortalecimento da integridade das instituições públicas;

IX - reunir e integrar dados e informações referentes à prevenção e ao combate à corrupção;

X - promover capacitação e treinamento relacionados às suas áreas de atuação, sob a orientação da Secretaria-Executiva; e

XI - coordenar, no âmbito da Controladoria-Geral da União, as atividades que exijam ações integradas de inteligência.

Art. 18. À Diretoria de Informações Estratégicas compete:

I - manter intercâmbio com órgãos e entidades do poder público e instituições privadas, que realizem atividades de investigação e inteligência, visando à troca e ao cruzamento de informações estratégicas e à obtenção de conhecimento, necessários às atividades da Controladoria-Geral da União;

II - realizar solicitações de informações estratégicas a órgãos e entidades que atuem nas áreas de investigação e inteligência;

III - dar tratamento às informações estratégicas coletadas, com vistas a subsidiar as atividades da Controladoria-Geral da União;

IV - realizar análises e pesquisas visando à identificação de ilicitudes praticadas por agentes públicos federais;

V - proceder ao exame sistemático das declarações de bens e renda dos servidores públicos federais, instaurando, quando necessário, procedimento de investigação preliminar para apurar eventual enriquecimento ilícito;

VI - produzir informações e conhecimentos estratégicos que possam subsidiar as atividades das demais unidades da Controladoria-Geral da União;

VII - propor e adotar medidas, em articulação com a Diretoria de Sistemas e Informação, que protejam a Controladoria-Geral da União contra a disseminação não autorizada de conhecimentos e informações sigilosas ou estratégicas; e

VIII - atuar na prevenção e neutralização das ações de inteligência adversa.

Art. 19. À Diretoria de Prevenção da Corrupção compete:

I - realizar pesquisas e estudos sobre o fenômeno da corrupção, consolidando e divulgando os dados e conhecimentos obtidos;

II - propor e executar projetos e ações que contribuam para o incremento da transparência da gestão pública;

III - desenvolver metodologias para a construção de mapas de risco em instituições públicas e propor medidas que previnam danos ao patrimônio público;

IV - acompanhar a implementação das convenções e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, que tenham como objeto a prevenção e o combate à corrupção;

V - propor e adotar medidas que previnam situações de conflito de interesses no desempenho de funções públicas; e

VI - estimular a participação dos cidadãos no controle social.

### Seção III Das Unidades Descentralizadas

Art. 20. Às Controladorias Regionais da União nos Estados compete desempenhar, no âmbito da respectiva área de atuação e sob a supervisão dos dirigentes das unidades centrais, as atribuições estabelecidas em regimento interno.

### Seção IV Dos Órgãos Colegiados

Art. 21. Ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, criado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003.

Art. 22. À Comissão de Coordenação de Controle Interno cabe exercer as competências estabelecidas no art. 10 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 23. À Comissão de Coordenação de Correição cabe exercer as competências estabelecidas no art. 6º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

## CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

### Seção I Do Secretário-Executivo

Art. 24. Ao Secretário-Executivo incumbe assistir ao Ministro de Estado no desempenho das seguintes atribuições:

I - coordenar e consolidar os planos e projetos da Controladoria-Geral da União;

II - planejar, dirigir, orientar, avaliar e controlar a execução dos projetos e atividades supervisionados pela Secretaria-Executiva;

III - supervisionar e coordenar a articulação das unidades da Controladoria-Geral da União com os órgãos da Presidência da República, da Vice-Presidência da República, da administração pública federal, direta e indireta, e das sociedades de economia mista e suas subsidiárias ou controladas;

IV - supervisionar o planejamento e a execução das atividades de orçamento e dos assuntos administrativos da Controladoria-Geral da União;

V - exercer as atividades de supervisão e coordenação das unidades integrantes da estrutura da Controladoria-Geral da União;

VI - determinar a instauração de procedimento correccional e de ações de controle; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.



|  |   |                    |       |  |   |                             |                |
|--|---|--------------------|-------|--|---|-----------------------------|----------------|
| DIRETORIA DE AUDITORIA DA ÁREA SOCIAL  | 1 | Diretor            | 101.5 | Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento<br>Divisão           | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
|  | 1 | Assessor Técnico   | 102.3 |  | 3 | Chefe<br>Assistente Técnico | 101.2<br>102.1 |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Justiça e Segurança Pública<br>Divisão | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Agrário<br>Divisão                         | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
|  | 3 | Chefe              | 101.2 |  | 2 | Chefe                       | 101.2          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Previdência Social<br>Divisão          | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Turismo<br>Divisão   | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
|  | 1 | Assistente Técnico | 102.1 |  | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Desenvolvimento Social<br>Divisão      | 3 | Chefe              | 101.2 | Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Trabalho e Emprego<br>Divisão                              | 2 | Chefe                       | 101.2          |
|  | 1 | Assistente Técnico | 102.1 |  | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação<br>Divisão                    | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Cultura<br>Divisão   | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
|  | 2 | Chefe              | 101.2 |  | 3 | Chefe                       | 101.2          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Saúde<br>Divisão                       | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE  | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
|  | 5 | Chefe              | 101.2 |  | 1 | Chefe                       | 101.2          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Esportes<br>Divisão                    | 1 | Assistente Técnico | 102.1 | Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação<br>Divisão   | 2 | Assistente Técnico          | 102.1          |
|  | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 |  | 1 | Diretor                     | 101.5          |
| DIRETORIA DE AUDITORIA DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA                                | 4 | Chefe              | 101.2 | Coordenação-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade<br>Divisão                                  | 1 | Assessor Técnico            | 102.3          |
|  | 1 | Assistente Técnico | 102.1 |  | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área do Meio Ambiente<br>Divisão               | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | Coordenação-Geral de Operações Especiais<br>Divisão  | 3 | Chefe                       | 101.2          |
|  | 1 | Chefe              | 101.2 |  | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
| Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Ciência e Tecnologia<br>Divisão      | 1 | Assistente Técnico | 102.1 | Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios<br>Divisão                            | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
|  | 3 | Coordenador-Geral  | 101.4 |  | 2 | Chefe                       | 101.2          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Minas e Energia<br>Divisão             | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | DIRETORIA DE AUDITORIA DE PESSOAL E DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL                                     | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
|  | 3 | Chefe              | 101.2 |  | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Comunicações<br>Divisão                | 1 | Assistente Técnico | 102.1 | Coordenação-Geral de Auditoria de Tomada de Contas Especial<br>Divisão                               | 3 | Chefe                       | 101.2          |
|  | 2 | Coordenador-Geral  | 101.4 |  | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Transportes<br>Divisão                 | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO   | 1 | Coordenador-Geral           | 101.4          |
|  | 3 | Chefe              | 101.2 |  | 3 | Chefe                       | 101.2          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Cidades<br>Divisão                     | 1 | Assistente Técnico | 102.1 | CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO  | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
|  | 3 | Coordenador-Geral  | 101.4 |  | 1 | Assessor                    | 102.4          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Integração Nacional<br>Divisão         | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 | CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO  | 7 | Assistente                  | 102.2          |
|  | 2 | Chefe              | 101.2 |  | 1 | Corregedor-Geral            | 101.6          |
| DIRETORIA DE AUDITORIA DA ÁREA DE PRODUÇÃO E EMPREGO                             | 1 | Assistente Técnico | 102.1 | CORREGEDORIA-GERAL ADJUNTA DA ÁREA ECONÔMICA   | 1 | Assessor                    | 102.4          |
|  | 1 | Coordenador-Geral  | 101.4 |  | 1 | Assistente                  | 102.2          |
| Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Serviços Sociais<br>Divisão            | 2 | Chefe              | 101.2 | Corregedoria Setorial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                         | 1 | Assistente Técnico          | 102.1          |
|  | 1 | Assistente Técnico | 102.1 |  | 1 | Corregedor Setorial         | 101.4          |
|  |   |                    |       | Corregedoria Setorial dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo | 1 | Corregedor Setorial         | 101.4          |

|  |   |                          |       |
|--|---|--------------------------|-------|
| Corregedoria Setorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário                 | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério da Fazenda                                 | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão        | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério das Relações Exteriores                    | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| CORREGEDORIA-GERAL ADJUNTA DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA                          | 1 | Corregedor-Geral Adjunto | 101.5 |
|  | 1 | Assistente               | 102.2 |
|  | 1 | Assistente Técnico       | 102.1 |
| Corregedoria Setorial do Ministério das Cidades                                | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Comunicações   | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério da Defesa                                  | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério do Meio Ambiente                           | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério de Minas e Energia                         | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério dos Transportes                            | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério da Integração Nacional                     | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| CORREGEDORIA-GERAL ADJUNTA DA ÁREA SOCIAL                                      | 1 | Corregedor-Geral Adjunto | 101.5 |
|  | 1 | Assistente               | 102.2 |
|  | 1 | Assistente Técnico       | 102.1 |
| Corregedoria Setorial dos Ministérios da Cultura e do Esporte                  | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério da Educação                                | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério da Justiça                                 | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério da Previdência Social                      | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério da Saúde                                   | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| Corregedoria Setorial do Ministério do Trabalho e Emprego                      | 1 | Corregedor Setorial      | 101.4 |
| SECRETARIA DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS                | 1 | Secretário               | 101.6 |
|  | 1 | Assessor                 | 102.4 |
|  | 1 | Chefe                    | 101.4 |
| GABINETE   | 1 | Chefe                    | 101.4 |
|  | 1 | Diretor                  | 101.5 |
|  | 2 | Gerente                  | 101.4 |
| DIRETORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS  | 3 | Assistente               | 102.2 |
|  | 1 | Assistente Técnico       | 102.1 |
| DIRETORIA DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO  | 1 | Diretor                  | 101.5 |
|  | 2 | Gerente                  | 101.4 |
|  | 2 | Assistente               | 102.2 |
|  | 2 | Assistente Técnico       | 102.1 |
|  | 2 | Assistente Técnico       | 102.1 |

|   |    |                    |       |
|---|----|--------------------|-------|
| CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NOS ESTADOS       |    |                    |       |
| a) no RJ  | 1  | Chefe              | 101.4 |
|   | 1  | Chefe Adjunto      | 101.3 |
|   | 6  | Chefe              | 101.2 |
|   | 2  | Assistente Técnico | 102.1 |
| Divisão   | 11 | Chefe              | 101.4 |
|   | 44 | Chefe              | 101.2 |
|   | 6  | Assistente Técnico | 102.1 |
| b) em AM, BA, CE, GO, MG, MT, PA, PE, PR, RS e SP | 11 | Chefe              | 101.2 |
|   | 11 | Chefe              | 101.1 |
|   | 22 | Chefe              | 101.1 |
|   | 11 |                    | FG-1  |
|   | 11 |                    | FG-3  |
| Divisão   | 11 | Chefe              | 101.2 |
|   | 44 | Chefe              | 101.2 |
|   | 6  | Assistente Técnico | 102.1 |
| c) em AC, AL, ES, MA, MS, PB, PI, RN, RO, SC e SE | 11 | Chefe              | 101.2 |
|   | 11 | Chefe              | 101.1 |
|   | 22 | Chefe              | 101.1 |
| Serviço   | 11 |                    | FG-1  |
|   | 11 |                    | FG-3  |
|   | 11 |                    | FG-3  |
| d) em AP, RR e TO                                 | 3  | Chefe              | 101.2 |
|   | 6  |                    | FG-1  |
|   | 3  |                    | FG-3  |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.

| CÓDIGO      | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL |             | SITUAÇÃO NOVA |             |
|-------------|--------------|----------------|-------------|---------------|-------------|
|             |              | QTDE.          | VALOR TOTAL | QTDE.         | VALOR TOTAL |
| NE          | 6,56         | 1              | 6,56        | 1             | 6,56        |
| DAS 101.6   | 6,15         | 4              | 24,60       | 4             | 24,60       |
| DAS 101.5   | 5,16         | 16             | 82,56       | 17            | 87,72       |
| DAS 101.4   | 3,98         | 61             | 242,78      | 80            | 318,40      |
| DAS 101.3   | 1,28         | 1              | 1,28        | 8             | 10,24       |
| DAS 101.2   | 1,14         | 14             | 15,96       | 159           | 181,26      |
| DAS 101.1   | 1,00         | -              | -           | 27            | 27,00       |
| DAS 102.5   | 5,16         | 4              | 20,64       | 3             | 15,48       |
| DAS 102.4   | 3,98         | 13             | 51,74       | 14            | 55,72       |
| DAS 102.3   | 1,28         | 21             | 26,88       | 14            | 17,92       |
| DAS 102.2   | 1,14         | 171            | 194,94      | 26            | 29,61       |
| DAS 102.1   | 1,00         | 82             | 82,00       | 55            | 55,00       |
| SUBTOTAL 1  |              | 388            | 749,94      | 408           | 829,54      |
| FG-1        | 0,20         | 21             | 4,20        | 21            | 4,20        |
| FG-3        | 0,12         | 14             | 1,68        | 14            | 1,68        |
| SUBTOTAL 2  |              | 35             | 5,88        | 35            | 5,88        |
| TOTAL (1+2) |              | 423            | 755,82      | 443           | 835,42      |

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS

| CÓDIGO                       | DAS-UNITÁRIO | DA CGU-PR P/ A SEGES/MP (a) |             | DA SEGES/MP P/ A CGU-PR (b) |             |
|------------------------------|--------------|-----------------------------|-------------|-----------------------------|-------------|
|                              |              | QTDE                        | VALOR TOTAL | QTDE                        | VALOR TOTAL |
| DAS 101.5                    | 5,16         | -                           | -           | 1                           | 5,16        |
| DAS 101.4                    | 3,98         | -                           | -           | 19                          | 75,62       |
| DAS 101.3                    | 1,28         | -                           | -           | 7                           | 8,96        |
| DAS 101.2                    | 1,14         | -                           | -           | 145                         | 165,30      |
| DAS 101.1                    | 1,00         | -                           | -           | 27                          | 27,00       |
| DAS 102.5                    | 5,16         | 1                           | 5,16        | -                           | -           |
| DAS 102.4                    | 3,98         | -                           | -           | 1                           | 3,98        |
| DAS 102.3                    | 1,28         | 7                           | 8,96        | -                           | -           |
| DAS 102.2                    | 1,14         | 145                         | 165,30      | -                           | -           |
| DAS 102.1                    | 1,00         | 27                          | 27,00       | -                           | -           |
| TOTAL                        |              | 174                         | 199,58      | 194                         | 279,18      |
| SALDO DE REMANEJAMENTO (a-b) |              |                             |             | - 20                        | - 79,60     |